

# **A contribuição algarvia para a génese e desenvolvimento do setor corticeiro português, séculos XIX e XX**

## **The Algarve's contribution to the genesis and development of the Portuguese cork sector, 19th and 20th centuries**

Carlos Manuel Faisca\*

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares – CEIS20

carlos.faisca@uc.pt

<https://orcid.org/0000-0001-7501-021X>

Rui Jerónimo

Agrupamento de Escolas Tomás Cabreira, Faro

mourajeronimo@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0004-8864-1386>

Texto recebido em / Text submitted on: 13/07/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 12/09/2023

### *Abstract*

Since at least the early 19th century, a group of families from the central Algarve has been involved in the extraction, industrial transformation, and trade of cork throughout southern Portugal. The chronology identified, as well as the large geographical scope, makes this social group an important element to consider whenever the genesis and development of the cork business in Portugal is analysed. This article, based on a wide range of sources and bibliography, diachronically and spatially demonstrates the important role that this community played. Thus, in the future, this social group from Loulé, São Brás de Alportel, and Faro

### *Resumo*

Desde, pelo menos, o início do século XIX que um conjunto de famílias com origem no Algarve central se dedica à extração, transformação industrial e comercialização de cortiça um pouco por todo o sul de Portugal. A cronologia identificada, bem como o âmbito geográfico alargado, fazem deste grupo social um elemento a ter em conta pela historiografia sempre que se analisar a génese e o desenvolvimento do negócio corticeiro em Portugal. Este artigo, baseado numa grande multiplicidade de fontes e bibliografia, vem demonstrar diacrónica e espacialmente o importante papel que esta comunidade desempenhou,

---

\* Investigação realizada no âmbito do projeto DryMED – Exploring dryland: agrarian systems and crop varieties in Mediterranean Iberia (18th to 20th centuries) financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (2022.08206.CEECIND). Este trabalho foi igualmente financiado pela FCT no âmbito do projeto estratégico UIDB/00460/2020.

should also be considered in the history of the cork sector in Portugal, which still does not happen.

Keywords: Cork; Cork industry; Algarve.

para que no futuro também os corticeiros de Loulé, São Brás de Alportel e Faro tenham o devido destaque na História do setor corticeiro em Portugal, o que ainda não acontece.

Palavras-chave: Cortiça; Indústria corticeira; Algarve.

## **Introdução**

O setor corticeiro é, desde meados do século XIX, uma das mais importantes áreas de atividade da economia portuguesa<sup>1</sup>. De facto, no final do século XIX, às exportações de cortiça devia-se quase um terço do total das exportações industriais<sup>2</sup>, enquanto atualmente, embora com uma preponderância relativa menor, estas representam mais de 1.000 milhões de euros de receita todos os anos para a balança comercial portuguesa<sup>3</sup>. Não admira então que a historiografia sobre a fileira da cortiça portuguesa conte já com uma extensa bibliografia<sup>4</sup>. Todavia, existe uma grande desigualdade na cronologia analisada, visto que a larga maioria dos estudos abordam períodos que se situam entre meados do século XIX e a atualidade. Fatores como a menor disponibilidade de documentação e, sobretudo, porque o negócio corticeiro apenas se tornou relevante em Portugal já no final de Oitocentos, ajudam a explicar esta diferença. Assim, os primórdios da exploração sistemática de cortiça continuam, como há mais de 70 anos<sup>5</sup>, pouco conhecidos.

O presente artigo, iniciando-se cronologicamente nas primeiras décadas do século XIX, debruça-se sobre o desenvolvimento do negócio corticeiro em Portugal trazendo uma nova perspetiva ao dar relevo a um grupo social

---

<sup>1</sup> Santiago Zapata Blanco, “Del suro a la cortiça: el ascenso de Portugal a primera potencia corchera del mundo”, *Revista de Historia Industrial*, 22 (2002), p. 109-137; Francisco Parejo Moruno, *El negocio del corcho en España durante el siglo XX*, Madrid, Banco de España, 2010; Carlos Manuel Faísca, *El negocio corchero en Alentejo: Explotación forestal, industria y política económica*, Badajoz, Universidad de Extremadura, 2019, Tesis Doctoral.

<sup>2</sup> Pedro Lains, *A economia portuguesa no século XIX: Crescimento económico e comércio externo*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995, p. 64.

<sup>3</sup> Associação Portuguesa de Cortiça (APCOR), *Anuário de cortiça 21/22*, Santa Maria da Feira, APCOR, 2022.

<sup>4</sup> Hernâni de Barros Bernardo, “Da origem e evolução da indústria corticeira”, *Boletim da Junta Nacional da Cortiça*, 82 (1945), p. 473-478; Jaime Reis, *O Atraso Económico Português (1850-1930)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, p. 22-25; Américo Mendes, “A economia do sector da cortiça em Portugal: evolução das actividades de produção e de transformação ao longo dos séculos XIX e XX”, *Working Paper*, Porto, Universidade Católica Portuguesa, 2002; Alexandre Flores, *Almada na História da indústria corticeira e do movimento operário: da Regeneração ao Estado Novo (1860-1930)*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2003; Ignacio García Pereda, *Junta Nacional da Cortiça (1936-1972)*, Lisboa, Euronatura, 2009; Pere Sala, Jordi Nadal, *La contribució catalana al desenvolupament de la indústria surera portuguesa*, Barcelona, Generalitat de Barcelona, 2010; Carlos Manuel Faísca, “Criando uma desvantagem? A regulação contratual das práticas suberícolas em Espanha e Portugal (1852-1914)”, *Revista Portuguesa de História*, 46 (2015), p. 413-431; Carlos Manuel Faísca, Francisco Manuel Parejo Moruno, “From raw materials to where the industry is lived: Standards of industry location in the Portuguese cork manufacture, 1880-1980”, *Rubrica Contemporanea*, 12, 23, (2023), p. 179-201.

<sup>5</sup> Hernâni de Barros Bernardo, “Da origem...”, cit.

pouco considerado: os corticeiros provenientes do Algarve central – atuais concelhos de Loulé, São Brás de Alportel e Faro. O objetivo do artigo é, portanto, demonstrar o contributo e o papel pioneiro destes corticeiros, seguindo a trajetória dos corticeiros do Algarve central até finais do século XX. O título é propositadamente decalcado de uma conhecida publicação de dois importantes historiadores económicos espanhóis, Pere Sala e Jordi Nadal, que analisaram o contributo dos catalães para o desenvolvimento do negócio corticeiro português<sup>6</sup>.

A “provocação” justifica-se pelo facto de que, ainda que recentemente os corticeiros do Algarve central tenham sido alvo de estudo em algumas publicações académicas<sup>7</sup> e de âmbito local<sup>8</sup>, há uma longa tradição que identifica somente agentes de origem britânica e catalã como os precursores do negócio corticeiro em Portugal, bem como um pouco por todo o Sudoeste Peninsular<sup>9</sup>. Aliás, mesmo para o setor corticeiro algarvio, o foco historiográfico tem sido maior para com o núcleo de Silves-Portimão. Todavia, em Silves o negócio corticeiro não só se desenvolveu debaixo de uma forte influência catalã<sup>10</sup> e inglesa<sup>11</sup>, como numa cronologia mais tardia, datando da década de 1860 as primeiras referências ao negócio corticeiro, pelo menos no estado atual da historiografia corticeira o que poderá ser revisto por novas investigações.

---

<sup>6</sup> Pere Sala, Jordi Nadal, *La contribució...*, cit.

<sup>7</sup> Carlos Manuel Faisca, “Estratégias cooperativas no setor florestal corticeiro alentejano oitocentista, um fator de desenvolvimento? (1852-1914)”, *História e Economia*, 21 (2018), p. 101-117; Carlos Manuel Faisca, *El negocio corchero...*, cit.

<sup>8</sup> Afonso da Cunha Duarte, *Memórias – São Brás de Alportel, Vol. 2: Terras de Alportel*, São Brás de Alportel, Casa da Cultura António Bentes, 2008; Paulo Pires, *Estudos sobre a I República em S. Brás e Faro*, São Brás de Alportel, Câmara Municipal de São Brás de Alportel, 2010; José do Carmo Correia Martins, *A cortiça: S. Brás de Alportel e o Algarve no século XIX*, Olhão, Sul, Sol e Sal, 2021.

<sup>9</sup> Helder Fonseca, *O Alentejo no século XIX: Economia e atitudes económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996; Carlos Oliveira Santos, *O Livro da cortiça*, Lisboa, s.n., 2000; Paulo Guimarães, *Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960): Um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo*, Évora, Colibri, 2005; Antonio Serrano Vargas, *El corcho en la sierra norte sevillana: producción, comercialización y transformación industrial en los siglos XIX y XX*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 2007, Tesis Doctoral; Pere Sala, Jordi Nadal, *La contribució...*, cit.; Francisco Parejo Moruno, Carlos Manuel Faisca, Jose Rangel Preciado, “Los orígenes de las actividades corcheras en Extremadura: El corcho extremeño entre catalanes e ingleses”, *Revista de Estudios Extremeños*, LXIX, (2013), p. 461- 490.

<sup>10</sup> Pere Sala, Jordi Nadal, *La contribució...*, cit., p. 79-99.

<sup>11</sup> Jorge Custódio et al., *Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês: exposição permanente, estudos e catálogo*, Silves, Fábrica do Inglês, 1999.

A investigação realizada permite identificar a trajetória de várias famílias corticeiras do Algarve central que, desde o início do século XIX, participaram ativamente no desenvolvimento do negócio corticeiro do sul de Portugal. Fizeram-no não só na sua região de origem, mas também nas principais regiões de produção florestal e de transformação industrial portuguesas, onde se inclui a abertura de unidades industriais de algum relevo. Compreende-se igualmente, através da análise documental, que os empresários do Algarve seguiram lógicas de negócio semelhantes às dos principais grupos de empresários corticeiros. Assim, no início do século XIX, começaram por se centrar na extração e comercialização de cortiça, para, umas décadas mais tarde, entrarem ativamente na preparação e transformação industrial de cortiça construindo fábricas quer na sua região de origem, quer junto de zonas de produção florestal relativamente longínquas como, por exemplo, Ponte de Sor a cerca de 300 km de distância.

De forma a cumprir o objetivo estabelecido, o artigo estrutura-se da seguinte forma: após esta introdução, resume-se a história do desenvolvimento do negócio corticeiro em Portugal e no Algarve salientando-se precisamente uma certa ausência do papel dos corticeiros da região central da região sul de Portugal na historiografia do setor. Em seguida, apresentam-se as informações contidas nas fontes e bibliografia que permitem identificar um conjunto de comerciantes algarvios trabalhando na compra, venda e preparação de cortiça nas primeiras décadas do século XIX. Estes, e/ou seus descendentes, vão mais tarde adquirir propriedades rústicas e construir fábricas numa atividade que se prolongou por todo o século XX e, nalguns casos, chegando mesmo até à atualidade.

Por último, surgem as conclusões que vão no sentido de sublinhar a precocidade da atuação deste grupo social na exploração de cortiça dentro da cronologia corticeira em Portugal, bem como o dinamismo empresarial que mantiveram durante quase dois séculos, mas que presentemente se encontra bastante diminuído. Todavia, novos estudos devem procurar aprofundar o conhecimento sobre o início da atividade corticeira em Portugal, pois na realidade a segunda metade do século XVIII continua a ser mal conhecida.

## **1. Génese e desenvolvimento do negócio corticeiro em Portugal e no Algarve: uma síntese historiográfica**

Aprofundadamente estudado a partir da segunda metade do século XIX nos mais variados aspetos, toda a cronologia anterior relativa ao setor corticeiro português encontra-se pouco explorada. Existem, porém, diversos indícios da importância do uso de cortiça nas sociedades ibéricas pré-industriais e,

inclusivamente, de um comércio de exportação. Neste último caso, é de salientar a venda de cortiça em direção à Europa central, com o objetivo de se produzirem boias e aparelhos de pesca<sup>12</sup>, referida pelo Duque de Borgonha em 1438. Volvidos quase vinte anos, esta atividade comercial é organizada em regime de monopólio régio<sup>13</sup>. Outra aplicação da cortiça com vários indícios seguros é a construção civil<sup>14</sup>, algo também referenciado em diversos Forais Manuelinos<sup>15</sup>. Sabe-se ainda que em regiões onde o sobreiro há muito que se encontra ausente, nomeadamente no Minho litoral, a árvore produtora de cortiça era um dos principais ativos registados nos inventários orfanológicos no século XVIII<sup>16</sup>.

Não obstante estas informações, a discussão da génese da exploração sistemática de cortiça em Portugal situa-se entre a segunda metade do século XVIII<sup>17</sup>, o início do século XIX<sup>18</sup>, e meados do século XIX<sup>19</sup>. Independentemente da cronologia e dos autores, todos salientam a influência estrangeira no desenvolvimento do negócio corticeiro em Portugal em virtude, por um lado, do aumento da procura de rolhas de cortiça por um setor vinícola em expansão<sup>20</sup> e, por outro, do esgotamento da capacidade da oferta de matéria-prima nas demais regiões corticeiras do globo<sup>21</sup>. De facto, devido a determinadas características edafoclimáticas a distribuição potencial do sobreiro privilegia, a nível mundial, o ocidente da Península Ibérica<sup>22</sup> e, por fatores económico-sociais, há muito que o sudoeste peninsular é o coração do sobreiro<sup>23</sup>.

<sup>12</sup> Portugal, Ministério do Comércio e Indústria, *Boletim da Direção-Geral do Comércio: Número extraordinário*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1936, p. 35-36.

<sup>13</sup> Joaquim Vieira Natividade, *Subericultura*, Lisboa, Ministério da Economia, 1950, p. 41.

<sup>14</sup> Ana Fonseca, *O montado no Alentejo*, 2ª edição, Lisboa, Colibri, 2008; Maria Ângela Beirante, “A presença da cortiça no património construído da Ordem de Avis, em terras do Alto Alentejo, no início da Idade Moderna”, *Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática*, 9 (2021), p. 51-84.

<sup>15</sup> Carlos Manuel Faisca, *El negocio corchero...*, cit., p. 70.

<sup>16</sup> Olanda Vilaça, *Cultura material e património móvel no mundo rural do Baixo Minho em finais do Antigo Regime*, Braga, Universidade do Minho, 2012, Tese de Doutoramento, p. 119.

<sup>17</sup> Paul Descamps, *Le Portugal: la vie sociale actuelle*, Paris, Firmin-Didot, 1935; Hernâni de Barros Bernardo, “Da origem...”, cit.

<sup>18</sup> José Campos Pereira, *A propriedade rústica em Portugal: superfícies, produções, rendimentos, valores*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915.

<sup>19</sup> Antonio Serrano Vargas, *El corcho...*, cit.; Francisco Parejo Moruno, *El negocio del corcho...*, cit.; Francisco Parejo Moruno, Carlos Manuel Faisca, Jose Rangel Preciado, “Los orígenes...”, cit.

<sup>20</sup> James Simpson, *Creating Wine: The emergence of a World Industry, 1840-1914*, Princeton, Princeton University Press, 2011.

<sup>21</sup> Francisco Parejo Moruno, *El negocio del corcho...*, cit.

<sup>22</sup> Joaquim Vieira Natividade, *Subericultura...*, cit., p. 34-36.

<sup>23</sup> Carlos Manuel Faisca, *El negocio corchero...*, cit., p. 90-95.

Neste contexto, ora franceses, aquando das invasões napoleónicas (1808-1811); ora catalães, até então o centro industrial corticeiro ibérico<sup>24</sup>; ora ingleses, já detentores de unidades fabris de transformação de cortiça de grandes dimensões<sup>25</sup>, começaram a fixar-se no sudoeste peninsular. Numa primeira fase, em busca de matéria-prima e, posteriormente, construindo também fábricas de todo o tipo – preparadoras, transformadoras e mistas – e tamanho<sup>26</sup>. Na realidade, é inegável o contributo de catalães, por exemplo na “criação” do aglomerado industrial de Azaruja<sup>27</sup>, e de ingleses, a quem se deve o estabelecimento das maiores fábricas de cortiça do Portugal de Oitocentos, caso da *Reynolds* de Estremoz ou da *Robinson* de Portalegre, para o rápido crescimento do negócio corticeiro em Portugal, sendo muito menos claro o papel dos franceses neste processo<sup>28</sup>.

No entanto, não só a historiografia corticeira sublinha essencialmente uma cronologia que se desenvolve após o final da Guerra Civil (1832-1834), como ignora em parte a atuação das comunidades locais em geral, e do Algarve central em particular. Recentemente, foi levantada a hipótese da existência de uma protoindustrialização corticeira no Algarve<sup>29</sup> sustentada na existência de informações sobre exportação de cortiça, em bruto e em rolhas, pelo porto de Faro na segunda metade do século XVIII<sup>30</sup>. Todavia, o autor reconhece a escassez de informações a este respeito, bem como a necessidade de novas investigações que permitam aprofundar o conhecimento sobre este assunto.

A segunda metade do século XIX é marcada pela consolidação do setor corticeiro em Portugal, sobretudo pelo estabelecimento de um crescente número de fábricas que se localizavam na sua maioria junto das áreas mais densamente povoadas de sobreiro<sup>31</sup>. Inicialmente, a indústria corticeira em Portugal focou-se na preparação de cortiça, procedendo à exportação de pranchas de cortiça

---

<sup>24</sup> Joaquim Alvarado i Costa, *El negoci del suro a l'Alt Empordà (s. XVIII-XIX)*, Palafrugell, Museu del Suro de Palafrugell, 2002.

<sup>25</sup> Carlos Manuel Faísca, *El negocio corchero...*, cit., p. 74.

<sup>26</sup> Antonio Serrano Vargas, *El corcho...*, cit.; Francisco Parejo Moruno, Carlos Manuel Faísca, Jose Rangel Preciado, “Los orígenes...”, cit.; Joaquim Alvarado i Costa; Francisco Parejo Moruno, *Indústria e comerç de suro. Els Torrellas (1879-1923)*, Girona, Centre d'Estudis Tossens, 2016.

<sup>27</sup> Pere Sala, Jordi Nadal, *La contribució...*, cit.

<sup>28</sup> Paulo Guimarães, *Elites e Indústria...*, cit., p. 163-172.

<sup>29</sup> Carlos Manuel Faísca, *El negocio corchero...*, cit., p. 74-75.

<sup>30</sup> José de Sande Vasconcellos, *Mappa geral de diferentes objectos e noticias do Reyno do Algarve*, Manuscrito de 1788; Andreia Fidalgo, “Faro, um entreposto comercial entre mares: do Mediterrâneo ao Mar do Norte nos finais da Época Moderna”, *Anais do Município de Faro*, XLIV (2022), p. 229-261.

<sup>31</sup> Carlos Manuel Faísca, Francisco Manuel Parejo Moruno, “From raw materials...”, cit.

que, em países como o Reino Unido, Estados Unidos ou Alemanha, eram transformadas em rolhas<sup>32</sup>. Desta forma, a maior parte do valor acrescentado da fileira da cortiça não se repercutia na economia portuguesa. Porém, nas últimas décadas do século XIX, a proporção de cortiça transformada dentro das fronteiras lusas cresceu progressivamente e, na véspera da Grande Guerra (1914-1918), a quantidade de cortiça transformada exportada era quase equivalente à preparada<sup>33</sup>.

É já na segunda metade do século XIX que no Algarve começam a surgir dois núcleos industriais de cortiça, ambos próximos de zonas florestais, bem como de portos marítimos que permitiam a saída da cortiça para os mercados nacionais e internacionais. O aparentemente mais expressivo desenvolveu-se em torno de Silves, no sopé da Serra de Monchique, e estendeu-se também, através do Rio Arade, aos concelhos de Portimão e Lagoa onde se criaram fábricas de preparação e transformação de cortiça. Além de empresários algarvios, como João Mascarenhas Netto e Salvador Gomes Villarinho, empresários catalães, como *Josep Barris i Buxó*, e ingleses, caso de *Henry Avern*, tiveram uma preponderância significativa em todo o desenvolvimento técnico, tecnológico e comercial da indústria corticeira do barlavento algarvio. Este núcleo industrial caracterizava-se pela existência de grandes empresas industriais, como, por exemplo, a *Villarinho&Sobrinho* que, no Inquérito Industrial de 1890, surge como a maior corticeira portuguesa empregando 590 trabalhadores e transformando anualmente cerca de 130 mil toneladas de cortiça<sup>34</sup>. No início do século XX, laboravam neste eixo geográfico 5 fábricas e 807 trabalhadores<sup>35</sup>.

De dimensões mais reduzidas, em número de trabalhadores e cortiça transformada, nos atuais concelhos de São Brás de Alportel e Faro<sup>36</sup>, nas faldas da Serra do Caldeirão, foi nascendo um outro núcleo industrial corticeiro. Os fundadores foram um conjunto de negociantes de cortiça que desde, pelo menos, a década de 1820 se dedicavam ao negócio corticeiro deambulando pelo sul de Portugal. Tratando-se do foco deste artigo, é suficiente por agora adiantar que

---

<sup>32</sup> Santiago Zapata Blanco, “Del suro a la cortiça...”, cit.; Francisco Parejo Moruno, *El negocio del corcho...*, cit.

<sup>33</sup> Carlos Manuel Faisca, *El negocio corchero...*, cit., p. 159.

<sup>34</sup> Portugal, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1890*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

<sup>35</sup> Portugal, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria, *Estatística industrial: Districtos de Évora, Beja e Faro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905, p. 281-299.

<sup>36</sup> O concelho de São Brás de Alportel só foi criado em 1914 essencialmente por desanexação da freguesia de São Brás do concelho de Faro.

este núcleo era constituído por pequenas unidades industriais. Identificadas como em funcionamento antes de 1850, mas que, pela sua reduzida dimensão, surgem nos inquéritos industriais com a designação de “(...) *várias pequenas oficinas*”<sup>37</sup>, é difícil a sua caracterização individual. No início do século XX, laboravam neste eixo geográfico 8 fábricas e 218 trabalhadores<sup>38</sup>.

As décadas seguintes trouxeram profundas alterações ao setor corticeiro português e mundial. Assim, globalmente, assistiu-se, a partir do final da década de 1930, à ascensão de Portugal como principal país de transformação e comercialização de cortiça por troca com Espanha<sup>39</sup>, situação que se mantém até ao presente. A nível nacional, ocorreu um duplo fenómeno de alteração da geografia industrial: numa primeira fase, entre finais do século XIX e inícios do século XX, desde as zonas de produção florestal até à Área Metropolitana de Lisboa (AML); numa segunda fase, sensivelmente a partir da década de 1960 até à atualidade, da AML até à Área Metropolitana do Porto com grande destaque para o concelho de Santa Maria da Feira<sup>40</sup>. Por último, a dinâmica interna do negócio corticeiro foi reestruturada com a expansão dos produtos de aglomerado de cortiça, o que potenciou a predominância de grandes empresas industriais baseadas num sistema produtivo de capital intensivo<sup>41</sup>.

No Algarve assistiu-se, assim como nas demais áreas de produção florestal de cortiça, a um decréscimo da importância relativa da indústria corticeira a partir do início do século XX<sup>42</sup>, e que se prolongou na segunda metade do século XX, conforme a Fig. 1. Todavia, o decréscimo relativo tornou-se também absoluto, quer em Silves, quer em São Brás de Alportel, em número de fábricas e de trabalhadores, a partir da década de 1960. Além da alteração da geografia corticeira, no caso concreto algarvio a ascensão da atividade turística, que se verificou precisamente a partir da década de 1960, deverá também ter contribuído para o declínio da indústria na região. Aliás, este fenómeno ocorreu de uma forma semelhante em outras regiões corticeiras litorais em que o turismo se impôs como principal atividade económica, casos da *Côte d’Azur*, em França, e da *Costa Brava*, em Espanha.

---

<sup>37</sup> Portugal, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1881*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881-1883.

<sup>38</sup> Portugal, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria, *Estatística industrial...*, cit. p. 281-299.

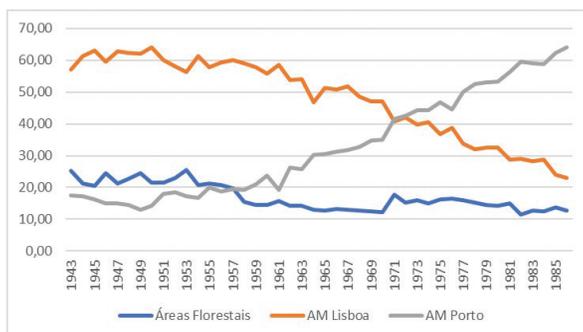
<sup>39</sup> Santiago Zapata Blanco, “Del suro a la cortiça...”, cit.; Francisco Parejo Moruno, *El negocio del corcho...*, cit.

<sup>40</sup> Carlos Manuel Faisca, Francisco Manuel Parejo Moruno, “From raw materials...”, cit.

<sup>41</sup> Francisco Parejo Moruno, *El negocio del corcho...*, cit.

<sup>42</sup> Carlos Manuel Faisca, Francisco Manuel Parejo Moruno, “From raw materials...”, cit.

Fig. 1 – Proporção dos trabalhadores da indústria corticeira em Portugal (%), 1943-1986<sup>43</sup>



Fonte: Carlos Manuel Faisca, Francisco Manuel Parejo Moruno, “From raw materials...”, cit., p. 185.

Atualmente, o setor corticeiro é dominado por Portugal em todas as suas fases, desde a produção florestal, passando pela transformação industrial, até à comercialização. Existe também uma grande preponderância da zona industrial de Santa Maria da Feira, liderada pelo maior grupo empresarial do mundo no setor que se estende a partir da sociedade de controlo *Corticeira Amorim, S.G.P.S.*. Tal significou a desindustrialização corticeira a sul, sobretudo no Algarve, onde o crescimento exponencial do setor terciário baseado na atividade turística, bem como o crescente declínio das áreas de sobro, levaram a que hoje o passado corticeiro seja praticamente apenas um produto turístico e uma marca do passado.

## 2. Um grupo pioneiro no desenvolvimento do negócio corticeiro em Portugal: os algarvios entre o início do século XIX e o final do século XX

### 2.1. Aquisição e comércio de cortiça no centro e sul de Portugal (1815-1890)

Não obstante as exportações de cortiça a partir do porto de Faro na segunda metade do século XVIII deverem-se sobretudo a mercadores de origem britânica, estes foram progressivamente substituídos por comerciantes portugueses. Assim,

<sup>43</sup> As áreas florestais incluem os distritos de Faro, Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Castelo Branco. A Área Metropolitana de Lisboa os distritos de Setúbal e Lisboa, enquanto a Área Metropolitana do Porto os distritos de Aveiro e Porto.

na primeira década do século XIX, o Capitão João Francisco de Macedo ou a empresa Mendonça & C.<sup>a</sup>, consoante os anos, surgem como os principais exportadores de cortiça algarvia. Em 1815, só esta empresa representou 18% do total das saídas de cortiça de Faro<sup>44</sup>. Já na década de 1820, os passaportes internos emitidos em Loulé registam dezenas de almocreves que se deslocaram a outras regiões de Portugal com o intuito de “(...) buscar Cortiça e Vendella ondella fizer Conta (...)”, “(...) tirar cortiça (...)” ou “(...) fabricar cortiça (...)”<sup>45</sup>, entre outras designações.

Ora, se em 1825 pelo menos 13 indivíduos do Algarve viajaram para fora da região para negociar cortiça, nos anos seguintes o movimento repetiu-se em contingentes de dimensões variáveis, chegando a um máximo de 48, em 1833. É possível identificar, nas décadas de 1820 e 1830, um total de 115 indivíduos diferentes que, uma ou mais vezes, solicitam a emissão de um passaporte para a finalidade referida<sup>46</sup>. Apelidos como Viegas, Facada, Gago, Carrusca e Eusébio repetem-se nos passaportes internos e repetir-se-ão, como se irá verificar, continuamente nos próximos duzentos anos de atividades corticeiras no sul de Portugal. Infelizmente, a ausência de documentação semelhante noutros arquivos do Algarve, como, por exemplo, nos arquivos Municipal e Distrital de Faro, impede de ter uma melhor perceção da magnitude deste movimento.

Neste período não se conhece a existência de fábricas de cortiça a laborar em Portugal, com alguns autores a defenderem a existência de um setor de atividade já estabelecido<sup>47</sup>, mas sem adiantar as suas principais características, nem os principais protagonistas<sup>48</sup>. Perante esta ausência, a historiografia salienta o papel pioneiro de um grupo de empresas familiares inglesas – Bucknall, Rankin, Reynolds e Robinson<sup>49</sup>. Estas, numa primeira fase que corresponde à segunda metade do século XVIII, dedicaram-se à mera aquisição de matéria-prima em bruto um pouco por todo o sul de Portugal e, a partir de meados de Oitocentos, fundaram unidades fabris de preparação e transformação de cortiça no sul de Portugal<sup>50</sup>. A sua preponderância na historiografia é tão evidente que numa

<sup>44</sup> Andreia Fidalgo, “Faro...”, cit., p. 232-240.

<sup>45</sup> Arquivo Municipal de Loulé (AHML), Câmara Municipal de Loulé, Registo de passaportes internos (1820-1825), PT/AMLLE/CMLLE/F-B/001/00002.

<sup>46</sup> AHML, Câmara Municipal de Loulé, Registo de passaportes internos (1820-1825), PT/AMLLE/CMLLE/F-B/001/00002, 00003 e 00004.

<sup>47</sup> Paul Descamps, *Le Portugal...*, cit.; Hernâni de Barros Bernardo, “Da origem...”, cit.

<sup>48</sup> Américo Mendes, “A economia...”, cit., p. 35.

<sup>49</sup> Paulo Guimarães, *Elites e Indústria...*, cit., p. 165.

<sup>50</sup> Carlos Manuel Faisca, *El negocio corchero...*, cit., p. 74-75; Francisco Parejo Moruno, “The role of large companies in the cork exploitation of dehesas and montados” in Teresa Pinto-Correia, *Governance for Mediterranean Silvopastoral Systems*, London, Routledge, 2021.

investigação sobre a contribuição catalã para o desenvolvimento é afirmado que “(...) Els iniciadors de l’exploració mercantil del suro de Portugal varen ser els britànics.”<sup>51</sup>

Simultaneamente, há autores que salientam o papel pioneiro dos catalães defendendo que, entre 1822 e 1826, a indústria corticeira é relançada “(...) apoiada nomeadamente pela vinda para Portugal de operários catalães, já com uma experiência técnica muito considerável”<sup>52</sup>. Até mesmo autores de estudos de âmbito local quando abordam a génese das atividades corticeiras no Algarve central procuram uma relação de causa-efeito com a vinda de catalães até ao sul de Portugal. Nesse sentido, Afonso Duarte afirma que “(...) Alguns catalães vieram para o Alentejo e Algarve, na segunda década do século XIX, e (...) conhecido o método de tratamento da cortiça, os são-brasenses vêm um novo negócio rentável e surgem as primeiras fabriquetas [na década de 1860]”<sup>53</sup>. Ora, como se referiu, na segunda metade do século XVIII já se exportavam rolhas pelo porto de Faro, bem como, no início do século XIX, existiam rotas migratórias periódicas de locais como Alportel para o Alentejo para aquisição de cortiça, pelo que a chegada de catalães ao sul de Portugal não é, ao que tudo indica, anterior ao surgimento do negócio corticeiro no Algarve central.

À semelhança do que fizeram ingleses e catalães, também este grupo de algarvios percorreu, além de próprio Algarve, as províncias do sul de Portugal em busca de matéria-prima. De facto, os destinos indicados nos passaportes correspondem, quase em exclusivo, a áreas conhecidas pela abundância de produção florestal de cortiça, conforme demonstra a Fig. 2. Nesse sentido, mais de metade das referências geográficas (55%) indicam como destino simultaneamente as províncias do Alentejo e da Beira. Os restantes passaportes ora referem somente a Beira e/ou a Beira Baixa (17%), ora apenas o Alentejo e/ou localidades alentejanas como Évora e Portalegre (16%), destacando-se ainda a indicação de Lisboa como um dos destinos com algum significado quantitativo (7%). No caso da cidade de Lisboa tratava-se de um importante mercado consumidor, quer pela fixação de fábricas de cortiça, quer, sobretudo, pela exportação que se fazia através do porto de Lisboa alavancado pela existência de várias empresas especializadas no comércio internacional aí sediadas<sup>54</sup>.

---

<sup>51</sup> Pere Sala, Jordi Nadal, *La contribució...*, cit., p. 47.

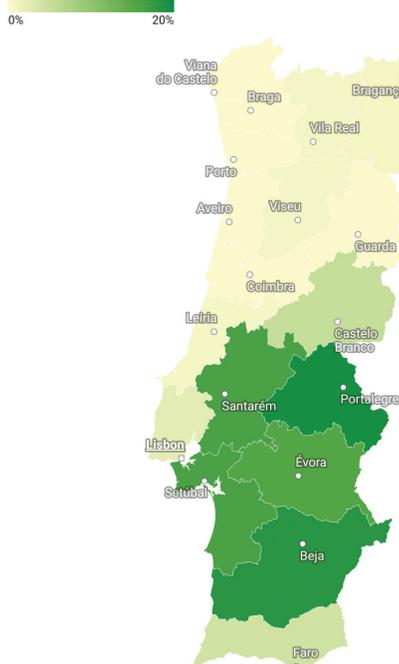
<sup>52</sup> Carlos Oliveira Santos, *O Livro da cortiça...*, cit., p. 68.

<sup>53</sup> Afonso da Cunha Duarte, *Memórias...*, cit., p. 337-338.

<sup>54</sup> Alexandre Flores, *Almada...*, cit.

Fig. 2 – Distribuição regional do sobreiro em Portugal, 1902 (%).

**Distribuição regional do sobreiro em Portugal, 1902**



Mapa: Carlos Manuel Faisca • Fonte: Portugal. Direcção-Geral de Estatística (1914) • Criado com Datawrapper

Fonte: Portugal, Ministério das Finanças, Direcção-Geral de Estatística, Estatística Agrícola, Lisboa, Imprensa Nacional, 1914, p. 92.

Igualmente na documentação produzida nos municípios alentejanos, a presença de corticeiros do Algarve central é verificada na primeira metade do século XIX e de forma muito significativa. Assim, em 1840, na então vila de Ponte de Sor, a aproximadamente 300 km a norte de Loulé, 8 corticeiros algarvios requerem passaportes internos ora para “(...) terras deste Reino”, ora para “(...) sua terra”<sup>55</sup>. Em Portalegre, corria o ano de 1846, quando Manuel Mendes Pinto, natural de Santa Bárbara de Nexe, concelho de Faro, celebra um contrato de arrendamento de cortiça por um período de 4 anos pelo montante de 249.000 réis<sup>56</sup>. Neste caso, é apenas um de milhares de contratos de arrendamento/compra

<sup>55</sup> Arquivo Histórico Municipal de Ponte de Sor (AHMPS), Registo de Passaportes 1840. Livro 2.

<sup>56</sup> Arquivo Distrital de Portalegre (ADP), Cartório Notarial de Portalegre (CNPTG03/001/0001).

de cortiça que, um pouco por todo o Alentejo, os empresários algarvios vão celebrar<sup>57</sup>. Assim, encontram-se este tipo de contratos envolvendo empresários algarvios nos cartórios notariais de povoações como Ponte de Sor, Portalegre, Évora, Montemor-o-Novo, Borba ou Alcáçovas<sup>58</sup>. A preponderância deste grupo era tão grande que, no seu conjunto, ultrapassam quer em número de contratos, quer em montantes envolvidos, as grandes empresas industriais de capital britânico, conforme se pode verificar no Quadro 1.

Quadro 1 – Aquisição de cortiça no concelho de Portalegre (1846-1914)

Compradores	Proporção do total de compras (%)
Empresários algarvios	42,57
Robinson Cork Growers	41,72
Empresários da região de Lisboa	5,18
Outros empresários do Alto Alentejo	3,55
Henry Bucknall & Sons	3,12
Outros empresários	3,79

Fonte: Carlos Manuel Faisca, *El negocio corchero...*, cit., p. 200.

Aparentemente estes algarvios dedicavam-se sobretudo ao comércio de cortiça, atuando como intermediários entre a produção florestal e a transformação industrial fixada em território nacional e, sobretudo, no estrangeiro, o que pode explicar as deslocações até à capital do Reino. De facto, até final do século XIX, as referências em fontes primárias a atividades industriais reduzem-se às duas ou três palavras contidas nos passaportes internos já referidas e, inclusivamente, as empresas por estes constituídas, e apresentadas no Quadro 2, têm como finalidade a “gestão e tiragem de cortiça”.

No entanto, há alguns indícios que sugerem a existência de pequenas unidades industriais de cortiça. Em primeiro lugar, Hernâni Barros identifica São Brás de Alportel como um dos poucos concelhos de Portugal com atividade industrial corticeira anterior a 1850<sup>59</sup>. É também aí assinalada a presença de 47 rolheiros em 1860, onde se incluem alguns dos almocreves identificados

<sup>57</sup> Sobre a questão do arrendamento de cortiça veja-se Carlos Manuel Faisca, “Criando uma desvantagem?...”, cit.

<sup>58</sup> Carlos Manuel Faisca, *El negocio corchero...*, cit., p. 199-204.

<sup>59</sup> Hernâni de Barros Bernardo, “Da origem...”, cit.

na documentação como é o caso de Manuel Viegas Louro<sup>60</sup>. Já o Inquérito Industrial de 1881 assinala várias pequenas oficinas corticeiras no concelho de Faro, mas sem adiantar mais informações<sup>61</sup>. Neste contexto, subsiste a dúvida da antiguidade do núcleo industrial corticeiro do Algarve central, pois, ao contrário das empresas de participação britânica e catalã, as corticeiras algarvias serão sempre de dimensões reduzidas o que dificulta a sua identificação estatística.

Quadro 2 – Exemplos de sociedades constituídas para “gestão e tiragem de cortiça” no Alentejo entre empresários algarvios

Ano de constituição	Sócio		Sócio		Capital (Réis)
	Nome	Quota	Nome	Quota	
1867	José Martins Silvestre	50%	José Martins Caiado	50%	500.000
1880	Joaquim Sousa Dias Jr.	66%	João de Sousa Uva	33%	1.000.000
1883	Manuel Eusébio Sr.	50%	Francisco Viegas	50%	-
1883	António Mendes Pinto	50%	Manuel Gago	50%	-
1885	João de Sousa Uva	50%	Manuel Martins Sancho	50%	9.000.000
1886	Manuel Martins Sancho	50%	José Viegas Beja	50%	4.250.000
1908	J.S. Gago & C. <sup>a</sup>	66%	Joaquim Rodrigues Carrusca	33%	500.000

Fonte: Arquivo Distrital de Évora (ADE), Cartório Notarial de Montemor-o-Novo (ADE/CNMT/44, 124 e 125); ADE, Cartório Notarial de Évora (ADE/CNEVR/1676); ADP, Cartório Notarial de Ponte de Sor (ADP/CNPSR06/001/0052 e 0053 e 006/0023).

As estratégias empresariais das pequenas empresas algarvias e das grandes empresas industriais inglesas apresentam várias semelhanças. Desde logo, nas lógicas de cooperação na aquisição de matéria-prima<sup>62</sup>, mas também na compra de propriedades rústicas povoadas de sobro. Desta forma, uma boa parte das corticeiras Oitocentistas a operar em Portugal vai procurar conduzir o negócio para uma estratégia de integração vertical com maior controlo da fileira da cortiça. Como exemplos pode referir-se a aquisição, no concelho de Ponte de Sor, e entre 1881 e 1911, de propriedades cuja extração de cortiça já estava anteriormente arrendada aos futuros compradores, casos

<sup>60</sup> Afonso da Cunha Duarte, *Memórias...*, cit., p. 339.

<sup>61</sup> Portugal, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1881...*, cit.

<sup>62</sup> Carlos Manuel Faísca, “Estratégias cooperativas...”, cit.

de Manuel Gago<sup>63</sup>, Joaquim Carrusca<sup>64</sup> e Francisco Martins Caiado<sup>65</sup>. Este último tornou-se inclusivamente um grande proprietário possuindo várias herdades em locais tão distantes como Santarém, Ponte de Sor, Alcácer do Sal e Beja, que forneciam cortiça quer para fábricas próprias, quer para fábricas de grandes dimensões como a L. Mundet & Sons. Semelhante relação possuía outra família algarvia, a Sousa Uva, com a multinacional catalã sediada no Seixal<sup>66</sup>.

Outro exemplo paradigmático do percurso profissional e empresarial dos corticeiros do Algarve central é o de Miguel Dias Andrade e seus sucessores<sup>67</sup>. De forma resumida, este são-brasense, nascido em 1835, de negociante de cortiça tornou-se, com o capital acumulado a partir da atividade mercantil, proprietário e industrial corticeiro fundando várias empresas em parceria com os seus descendentes e outros conterrâneos. Aquando da sua morte detinha prédios rústicos em S. Brás, Faro, Olhão, Alcácer do Sal, Ferreira do Alentejo e Montemor-o-Novo; contratos de arrendamento de cortiça em Ponte de Sor, Évora, Chamusca, Montemor-o-Novo, Portel, Viana do Alentejo, Odemira, Santiago do Cacém e Loulé; e ainda depósitos de cortiça em Montemor-o-Novo, Coruche, Redondo, Grândola, Alcácer do Sal, Borba, Arraiolos, Avis e Ponte de Sor<sup>68</sup>.

Perante a informação disponível, ao longo de todo o século XIX, os empresários corticeiros oriundos do Algarve central migravam todos os anos até às regiões de produção florestal para comprar cortiça que vendiam posteriormente, por exemplo em Lisboa, em bruto. De qualquer forma, há que considerar a hipótese de também prepararem e transformarem cortiça, pois há dados que sugerem uma atividade industrial. Agindo numa cronologia contemporânea à dos empresários ingleses e catalães, os algarvios movimentaram quantidades de cortiça em nada inferiores à das grandes empresas industriais e, simultaneamente, começaram a adquirir as propriedades de onde extraíam a matéria-prima. Aparentemente não se envolvendo ainda de forma significativa na indústria corticeira, esse panorama começa a alterar-se no final da década de 1880.

---

<sup>63</sup> ADP, Cartório Notarial de Ponte de Sor, CNPSR06/001/0105.

<sup>64</sup> ADP, Cartório Notarial de Ponte de Sor, CNPSR06/006/0037. Na documentação vem referido Joaquim Charneca, todavia, trata-se da alcunha da família Carrusca.

<sup>65</sup> ADP, Cartório Notarial de Ponte de Sor, CNPSR06/006/0035.

<sup>66</sup> Graça Filipe, Fátima Afonso (coord.), *Quem diz cortiça, diz Mundet*, Seixal, Município de Seixal, 2010, p. 31.

<sup>67</sup> Paulo Pires, *Estudos sobre...*, cit., p. 45-53.

<sup>68</sup> Paulo Pires, *Estudos sobre...*, cit., p. 50.

## **2.2. Correndo toda a fileira da cortiça: a fundação de fábricas de cortiça no centro-sul de Portugal (1890-2023)**

Como anteriormente mencionado, no Inquérito Industrial de 1881 apenas se assinala a existência de “(...) várias pequenas oficinas (...)” sem mais nenhuma informação nos concelhos do Algarve central<sup>69</sup>. Já no de 1890, surge a fábrica de João Viegas Lima<sup>70</sup>. Embora não tenha sido ainda possível estabelecer uma relação familiar direta com os corticeiros do início do século XIX, a verdade é que o apelido Viegas é repetido ad nauseam na documentação, seja nos passaportes internos, seja nos contratos de arrendamento de cortiça. No entanto, rapidamente o número de fábricas multiplica-se, algo manifestado em diversas fontes, tratando-se quase sempre dos descendentes diretos dos primeiros corticeiros ou familiares colaterais.

Assim, se o Anuário Comercial de 1900 identifica duas fábricas de cortiça – a de Abrão Amram que não se vincula a este movimento inter-regional, e a Caiado & C<sup>a</sup> constantemente presente no território alentejano ainda antes da sua fundação enquanto empresa através de vários elementos da família Caiado<sup>71</sup> –, o de 1905 apresenta já 12 fábricas de cortiça<sup>72</sup>. Destas, em 10 os proprietários ostentam apelidos que se repetem quer nos passaportes da década de 1820, quer nos contratos de compra/arredamento de cortiça ao longo de todo o século XIX e início do século XX<sup>73</sup>. Nesse mesmo ano é publicado um relatório de estatística industrial que inclui a região algarvia<sup>74</sup>. No documento encontra-se bem patente a formação de uma concentração industrial corticeira na zona de Faro/Alportel/Loulé, pois apresentam-se 8 fábricas em laboração empregando um total de 218 trabalhadores. É de salientar o nível de mecanização razoável para o contexto ibérico contando-se, por exemplo, 18 máquinas de produção de rolha, 9 caldeiras e 8 prensas<sup>75</sup>.

Em 1911, o número de fábricas registadas pela comissão de fiscalização à indústria corticeira na circunscrição de Faro eleva-se a 19, das quais

---

<sup>69</sup> Portugal, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1881...*, cit.

<sup>70</sup> Portugal, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1890...*, cit.

<sup>71</sup> Entre os quais o já referido Francisco Martins Caiado, mas também Manuel Martins Caiado.

<sup>72</sup> *Anuário Comercial de Portugal 1900 e 1905*, Lisboa, Typ. do Anuario comercial.

<sup>73</sup> Tratam-se das famílias Caiado, Louro, Andrade, Sancho, Viegas, Uva, Rosa e Calçado.

<sup>74</sup> Portugal, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria, *Estatística industrial...*, cit.

<sup>75</sup> Carlos Manuel Faisca, “Lagging or catching up? The mechanization of the Portuguese cork industry (1880-1914)”, *Revista de Historia Industrial*, 76, 28, (2019), p. 49-77.

18 no eixo Faro/Alportel/Loulé e uma em Albufeira<sup>76</sup>. O número total de trabalhadores era de 261<sup>77</sup>. Novamente repetem-se os apelidos que, desde o início do século XIX, acompanham toda a documentação analisada: Caiado, na fábrica de Francisco Martins Caiado, sediada na cidade de Faro e cujo mercado principal era a Alemanha; Uva, da José de Sousa Uva & C.<sup>a</sup>, sediada na vila de São Brás de Alportel, na qual 20 trabalhadores dedicavam-se a transformar cortiça com destino à Alemanha e aos Estados Unidos da América; ou Viegas, das fábricas de Francisco Viegas Louro, em Faro, de João Viegas Louro, em São Brás de Alportel, e de Maria Viegas Jacinto, também na vila do barrocal algarvio.

Ultrapassada a crise da Grande Guerra (1914-1918), o núcleo industrial corticeiro do Algarve Central volta a surgir numericamente mais expressivo nas vésperas da Segunda Guerra Mundial. Este crescimento não significou uma alteração significativa nem na aparente estrutura familiar das corticeiras, nem nas próprias famílias proprietárias, conforme se pode comprovar pela Fig. 3 publicada no catálogo de empresas corticeiras portuguesas presentes na Exposição Internacional de 1937, em Paris. No entanto, inserido na mudança da geografia industrial corticeira portuguesa, o Algarve demonstrava já sinais de enfraquecimento. O número de fábricas começou então a diminuir com o encerramento de algumas e/ou deslocalização para a Área Metropolitana de Lisboa<sup>78</sup>.

Um bom exemplo do que, entretanto, se passou com o setor corticeiro do Algarve central, e que se liga à cronologia da secção anterior, é o de Manuel Silva da Barreira Júnior. Nascido em meados do século XIX, o perfil é novamente o de um almocreve que se acaba por especializar na cortiça tornando-se proprietário e industrial. A geração que lhe seguiu tomou caminhos distintos: uma parte continuou com a gestão da fábrica em S. Brás de Alportel que veio a encerrar na década de 1960; outra decidiu rumar até à Área Metropolitana de Lisboa onde, a partir da década de 1920, chegou a deter 5 fábricas (Barreiro, Lavradio, Almada, Margueira e Poço do Bispo – Lisboa) com sede numa das mais importantes ruas comerciais de Portugal, a Rua do Ouro<sup>79</sup>.

---

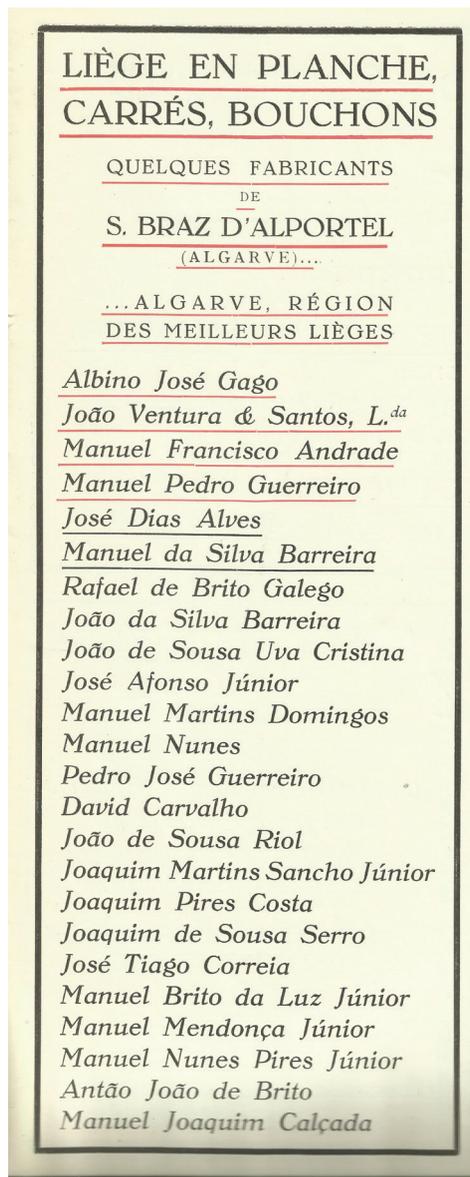
<sup>76</sup> O núcleo industrial de Silves possuía uma circunscrição própria, pelo que as fábricas do concelho de Silves e Portimão foram aí registadas.

<sup>77</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério da Agricultura, Caixa 836, Maço 2.

<sup>78</sup> Paulo Pires, *Estudos sobre...*, cit., p. 349.

<sup>79</sup> Paulo Pires, *Estudos sobre...*, cit., p. 51-53.

Fig. 3 – Anúncio dos fabricantes de cortiça de São Brás de Alportel presentes na  
Exposição Internacional de Paris, 1937



Além da criação de um núcleo industrial junto da sua região de origem, os corticeiros algarvios expandem a sua presença fabril em diferentes locais do Alentejo. É o caso, por exemplo, da José Gago & Cabrita, sediada em Alcácer do Sal, e cuja laboração data, pelo menos, de 1913<sup>80</sup>. Porém, muito mais exemplificativa é a ligação a Ponte de Sor, cidade do Alto Alentejo a somente 30 km a sul do Rio de Tejo e, portanto, no limite norte da região transtagana. Como já referido, a chegada dos corticeiros do Algarve central até Ponte de Sor data, pelo menos, da década de 1830. Durante todo o século XIX, multiplicam-se os contratos de arrendamento de cortiça ao ponto de, tal como em Portalegre, suplantarem as grandes empresas industriais britânicas, cuja primazia na região do Sor era detida pela Henry Bucknall & Sons<sup>81</sup>. Simultaneamente, os empresários algarvios vão adquirindo propriedades rústicas, conforme demonstra o Quadro 3, algumas que se mantêm até à atualidade.

Já nas primeiras décadas do século XX, também em Ponte de Sor vão surgir fábricas de preparação e transformação de cortiça cujos fundadores e proprietários fazem parte do grupo analisado. Nesse sentido, sabe-se que, em 1914, Ventura de Sousa Eusébio liderava uma fábrica de preparação de cortiça que, a partir de Ponte de Sor, fornecia prancha à Sociedade Nacional de Cortiças<sup>82</sup>, propriedade da família Reynolds, localizada no Barreiro por deslocalização da sua sede inicial em Estremoz<sup>83</sup>. O seu sucessor, Manuel de Sousa Eusébio, é um dos dois expositores de cortiça sediados em Ponte de Sor presentes na Exposição Internacional de Paris, em 1937. Mais tarde, em 1952, o inquérito agrícola e florestal do concelho de Ponte de Sor identifica a mesma fábrica a preparar anualmente umas modestas 150 toneladas de cortiça cujo principal mercado de destino era a indústria transformadora de Espanha<sup>84</sup>.

---

<sup>80</sup> ANTT, Ministério da Agricultura, Caixa 836, Maço 2.

<sup>81</sup> Carlos Manuel Faisca, *El negocio corchero...*, cit., p. 201.

<sup>82</sup> Arquivo Municipal do Barreiro, Fundo Casa Reynolds, Movimento e existência de cortiças, Livro 6 (AMB/FCR/03/02/Lv. 06).

<sup>83</sup> José Maria Painha, *Chá de azeite: o trajecto empresarial da Casa Reynolds no Alentejo e Extremadura, (1838-1890)*, Estremoz, Câmara Municipal de Estremoz, 2008.

<sup>84</sup> José Correia da Cunha, *Concelho de Ponte de Sor: A economia agrária em meados do século XX*, Ponte de Sor, Câmara Municipal, 2001 [1952], apêndice.

Quadro 3 – Contribuições diretas municipais de propriedades rústicas detidas por empresários corticeiros não-locais em Ponte de Sor, 1930

Proprietário	Residência/Morada	Contribuição (esc.)
Catarina Sousa Pires	S.ta Bárbara de Nexe	1.035\$00
Francisco Mendes Pinto	S.ta Bárbara de Nexe	40\$00
Henry Bucknall & Sons	Lisboa	500\$00
Manuel Brito da Mana	Albufeira	255\$00
Manuel de Sousa Eusébio	Loulé	356\$00
Maria Celeste Caiado	Faro	500\$00

Fonte: AHMPS, Câmara Municipal de Ponte de Sor, lançamento de impostos, 1930.

Contemporâneo de Manuel de Sousa Eusébio, mas com uma maior importância económica e social, António Rodrigues Carrusca funda, em 1925, junto à estação de caminho de ferro de Ponte de Sor, no lugar das Barreiras, uma fábrica de preparação e transformação de cortiça. Este industrial, natural de Santa Bárbara de Nexe, era provavelmente familiar de Joaquim José Carrusca que, em 1833, se deslocou desde Loulé até ao Alentejo e Beira “(...) à cortiça”<sup>85</sup>, e comprovadamente filho de Joaquim Rodrigues Carrusca que, em 1880, já se encontrava a adquirir cortiça em Ponte de Sor<sup>86</sup>. A casa Carrusca que, em 1937, também participa na Exposição Internacional de 1937, numa parceria com as famílias Pinto e Jerónimo, conforme a Fig. 4, vai laborar até à década de 1970.

Fig. 4 – Anúncio da fábrica Carrusca, Pinto & Jeronimo, Lda



Fonte: João Calheiros (Dir.), Portugal Corticeiro..., cit., p. 61.

<sup>85</sup> AHML, Câmara Municipal de Loulé, Registo de passaportes internos (1829-1833) – PT/AMLLE/CMLLE/F-B/001/00006.

<sup>86</sup> ADP, Cartório Notarial de Ponte de Sor, CNPSR06/001/0042.

A fábrica das Barreiras, num local onde a Henry Bucknall & Sons tivera um depósito e oficina de preparação de cortiça<sup>87</sup>, chegou a empregar várias dezenas de trabalhadores e produzia não só prancha, mas também rolhas. O volume da produção industrial era bastante superior à unidade dos Sousa Eusébio, atingindo, em 1952, as 1.050 toneladas<sup>88</sup>. Carrusca, numa estratégia bastante comum a outros industriais de diferentes setores, envolveu-se na vida social local, apoiando a fundação de um clube desportivo dos trabalhadores – Grupo Desportivo Operário das Barreiras –, foi vereador da Câmara Municipal de Ponte de Sor, dirigente do Grémio da Lavoura e é reconhecido por ter financiado a construção da Capela de Santa Bárbara, localizada na Avenida que hoje ostenta o seu nome<sup>89</sup>.

Fig. 5 – Capa de Ecos do Sor, publicação periódica local de Ponte de Sor, anunciando a morte de António Rodrigues Carrusca, a 10 de maio de 1960

ANO VI — N.º 135 Órgão Paroquial da Família Pontossorense 10 de Maio de 1960 AVENCA

# ECOS DO SOR

Redacção e Adm. — SECRETARIADO PAROQUIAL DE PONTE DE SOR — Telefone 50 — Director, Editor e Adm. — F. Faísca de Ponte de Sor — Proprietário — Paróquia de S. Trizinho de Anã — Comp. e Impressão — GRÁFICA SORENSE, Lda — PONTE DE SOR

## Dia da Paróquia

Desde há vários anos que a A. C. Início a solenidade do dia da Paróquia, quinze dias após o Páscos, para servir os laicos que devem unir os paróquianos antes de a missa dos Sacerdotes que se servem. Das o chamam-se também dia do Bom Pastor.

Ponte de Sor, de algum modo tem correspondido também, a esta iniciativa, ou campanha. O Centro da Oira das Mesas como é já tradicional, comprimenta, com uma representação chorada pela sua Direcção, a senhor. D. Margarida Lucas, no sacramento e quer oferecer um ramalhete copioso e florido.

A. L. C. F. pelas suas Presidência e Encarregado, respectivamente senhoras D. Maria Anália Chamberl e D. Luísa M. Anz. procede de igual modo. Muitos paróquianos tomam a iniciativa de se dirigir ao Santuário Paroquial ou Residência Sacerdotal com o mesmo fim em vista.

Interessante o gesto de alguns que mandou celebrar a Missa das 8.30 do dia pelas intencções dos Sacerdotes da Paróquia.

Comita graças a Deus por tais manifestações de unidade católica e que os laicos que unem a Paróquia sejam cada vez mais fortes e convictos, são os nossos sinceros votos.

## Ponte de Sor, está mais pobre, devido à morte do Sr. António Rodrigues Carrusca

Ponte de Sor acaba de perder um dos seus maiores valores quer no campo industrial, ou social, quer no campo religioso.

Nesta tempo e numa Terra em que se vêem não só de falta, o desaparecimento do Sr. António Rodrigues Carrusca ainda cheio de vida, apesar dos seus 68 anos de idade, não pode deixar de tornar mais pobre o nosso povo.

Alguém, por associação, nos explicou que Sr. António Rodrigues Carrusca, filho de uma família de origem nobre, veio para a nossa Terra na companhia de seu pai, o falecido Sr. António Rodrigues Carrusca, que aqui vinha como negociante de cortiça. Apesar de não ser muito e de tal modo, que em 1920, os seus resultados, na produção das Barreiras, considerado Ponte de Sor, como a sua segunda terra. Junto à sua casa, moita fábrica de preparação de cortiça, tanto desenvolveu o seu campo de acção, que largas despesas de pensão de ambos os

que era para o seu povo das Barreiras, a falta de um lugar sagrado, eis que toma a iniciativa de construção de uma graciosa Capela, dedicada a Santa Teresinha, o que lhe dá o nome de Mãe dos dois irmãos Beneditinos da Paróquia de Anã.

Bruto de Carvalho, suas filhas e os Sr. Henrique Sanches e Dr. Vergílio Barreiras de Carvalho, seus genros, e em dor não só a D.ª Família, como tantos e tantos amigos, que progredira, mais de 20 a 30 toneladas, sempre a produzir.

**Doença fulminante**

Em 24 do dia 2 o Sr. Carrusca, de repente, doente de um modo que não deu tempo de avisar de sua morte, o Sr. Carrusca de repente de um modo que não deu tempo de avisar de sua morte, o Sr. Carrusca de repente de um modo que não deu tempo de avisar de sua morte.

**Isóquias Paroquiais**

Cerca das 7.30 o Sr. Carrusca, de repente, doente de um modo que não deu tempo de avisar de sua morte, o Sr. Carrusca de repente de um modo que não deu tempo de avisar de sua morte.

**Paróquia**

Paróquia a quem a triste notícia fora dada, quis em primeiro lugar, logo dos primeiros a orar



Também no Alto Alentejo se verificou uma perda de importância, primeiro relativa e, mais tarde, absoluta, da indústria corticeira no contexto do movimento de mudança da geografia industrial corticeira. Falecido Rodrigues Carrusca, a fábrica viria a encerrar na década de 1970, assim como muitas outras da região. No entanto,

<sup>87</sup> Primo Pedro da Conceição Freire de Andrade, *Cinzas do Passado*, 2.ª ed., revista por Ana Isabel Coelho Pires da Silva, Ponte de Sor, Município de Ponte de Sor, 2010 [1974], p. 170.

<sup>88</sup> José Correia da Cunha, *Concelho...*, cit., apêndice.

<sup>89</sup> Ecos do Sor, Ano VI, nº 135, capa da edição de 10 de maio de 1960.

e ao contrário do Algarve, existiu um regresso parcial da indústria corticeira até localidades como Ponte de Sor, Coruche, Gavião ou Alter do Chão, mas devido a grandes empresas industriais nortenhas. Destaca-se o Grupo Amorim, através sobretudo da Amorim Florestal, S.A., mas também os grupos, igualmente sediados em Santa Maria da Feira, Jorge Pinto de Sá, M.A. Silva e Alberto J. Tavares.

Quanto aos algarvios, e a famílias como a Carrusca, estão hoje muito mais ausentes do negócio seja no Alentejo, seja no próprio Algarve. O declínio tem sido evidente. Neste sentido, foi em 1953 que as estatísticas industriais registaram um maior número de trabalhadores corticeiros no Algarve, 2.911<sup>90</sup>, e em 1960 a maior quantidade de unidades industriais em laboração, 263<sup>91</sup>. Em 1969, o número de empresas reduzira-se a 104 e o de trabalhadores a 1.531; em 1986, a 26 empresas que empregavam 871 pessoas<sup>92</sup>; e em 1999 restavam 15 empresas e apenas 546 trabalhadores<sup>93</sup>. Ainda assim, um ramo colateral da família Carrusca mantém atualmente uma fábrica de preparação de cortiça em São Brás de Alportel, como comprova a figura 6, ao contrário, por exemplo, das grandes empresas industriais britânicas das quais apenas resta a História.

Fig. 6 – Fábrica de Francisco Carrusca, São Brás de Alportel, 2014



Fonte: Fotografia do autor.

<sup>90</sup> Portugal, Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Industriais de 1953*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1954.

<sup>91</sup> Portugal, Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Industriais de 1960*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1961.

<sup>92</sup> Portugal, Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Industriais de 1986*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1987.

<sup>93</sup> Instituto para a Qualidade na Formação, *A Indústria da Cortiça em Portugal*, Lisboa, 2005, p. 22.

## Conclusões

No início do século XIX, a par com a exportação de cortiça pelo porto de Faro, mais de uma centena de indivíduos oriundos do Algarve central deslocou-se sistematicamente às principais regiões de produção florestal de cortiça em busca de matéria-prima. Percorreram centenas de quilómetros, numa altura em que o negócio corticeiro em Portugal era uma atividade pouco desenvolvida. No estado atual da historiografia corticeira, este grupo social apresenta um carácter pioneiro, talvez apenas suplantado pelo das empresas britânicas que atuaram de forma semelhante a partir da segunda metade do século XVIII. Este movimento, em direção às áreas florestais a norte do Algarve, intensificou-se ao ponto de serem os algarvios os principais compradores de cortiça em territórios densamente povoados com sobro como Ponte de Sor, Portalegre ou Montemor-o-Novo.

Posteriormente, as empresas familiares algarvias vão seguir os passos que a historiografia identifica para aqueles que considera como os pioneiros da atividade corticeira em Portugal – ingleses e catalães. Assim, na segunda metade do século XIX, os algarvios tornam-se proprietários florestais e estabelecem indústrias não só no Algarve central, mas também em diversos pontos do Alentejo, com especial destaque para Ponte de Sor. As atividades corticeiras prolongam-se até à segunda metade do século XX quando, no contexto da desindustrialização corticeira do sul de Portugal, começam a declinar. No entanto, atualmente ainda é possível encontrar quer industriais corticeiros, quer proprietários florestais, cujas origens se podem genealogicamente comprovar até ao início do século XIX.

A investigação conduzida apela a um futuro aprofundamento, pois existem lacunas a suprir, como a identificação clara do início das atividades corticeiras no Algarve central; a presença deste grupo social noutras regiões que não o Alentejo, como a Beira Baixa e Lisboa; e, dentro do próprio Alentejo, com um impacto local significativo para além de Ponte de Sor. Todavia, com uma longevidade próxima dos dois séculos e uma abrangência geográfica tão alargada, espera-se que, com este artigo e outros estudos que lhe seguirão, também os corticeiros de Loulé, São Brás de Alportel e Faro se tornem inolvidáveis sempre que a historiografia aborde assuntos relacionados com a génese e o desenvolvimento do setor corticeiro em Portugal.